

PARA UMA NOVA INTRODUÇÃO À HISTÓRIA

Michel Zaidan Filho

“A minha matéria é o presente, os homens presentes, a vida presente”.

(*Drummond*)

1.º) A História como paixão

Uma famosa tese historicista afirma que cada geração reescreve a História segundo as suas necessidades. Independentemente do relativismo que isso implica, não se pode negar que o trabalho do historiador serve, em primeiro lugar, à vida, à sua vida e à de seus contemporâneos. Dessa forma, é possível dizer que a pesquisa histórica e, sobretudo, o ensino da História é indissociável da construção da cidadania política e social. Aliás, a própria escrita histórica só existe como afirmação desta cidadania. Onde não há liberdade, não há História, mas a supressão da(s) memória(s), e o discurso solitário do poder. Pensado dessa maneira, o ensino da História só pode ser *crítico*, e a atividade do historiador um exercício do pensamento crítico, ou seja, uma atividade *desmitificadora* por excelência, e não apenas desmitificadora, sob pena de incorporar à formação das pessoas, novos mitos como expressão definitiva da verdade. Se a História pode ser concebida assim, a sala-de-aula não será menos do que um espaço para a invenção, para a criatividade, para o fomento aos talentos que brotam espontaneamente todos os dias diante do professor. Nada mais contrário, portanto, ao espírito dessa História que uma concepção *dogmática* da teoria e uma pedagogia autoritária que prejudique o resultado da aprendizagem dos alu-

nos, padronizando comportamentos, atitudes e valores. Com tal pedagogia, só produziremos seres heterônimos, massas de manobra para futuros regimes políticos autoritários.

Já se disse mais de uma vez que a *História é vida*. E a crônica, o cadáver da História. Esse modo de ver a História tem a grande vantagem de conceber a atividade do historiador como algo essencialmente dinâmico, criador, construtivo. Alguém que constrói tanto a imagem (caleidoscópica) do passado, como da vida presente, dos homens presentes, como afirma o poeta. A rigor, não existe o passado, como o cadáver da História, à espera do legista-historiador. Onde não há mais vida, ou uma forma de interpelação qualquer ao presente, não há História, passado histórico. Tudo que interessa aos homens é solidário com o seu destino. Dessa forma, até o passado só tem sentido através da interpelação que lhe faz o presente. A História é vida, ou não é História.

“Só quem deseja fortemente identifica os elementos necessários à realização da sua vontade, porque só a paixão aguça o intelecto e colabora para a intuição mais clara”, diz Antonio Gramsci. Se é possível traçar aqui as linhas de uma teoria do conhecimento histórico compatível com a tese historicista, exposta no início do texto, tal teoria só pode ter como elemento-motor o desejo, a vontade, a paixão. Nada mais estranho a esta perspectiva do que a pseudo-neutralidade do positivismo. Quanto mais *passional*, quando mais apaixonado, mais verdadeiro. Não existe História e historiador sem paixão. Pelo menos, História humana. Na busca do objeto histórico, quem está em questão é o próprio historiador, seus sentimentos, valores, angústias e expectativas. Não existe História, a rigor, fora desse penoso (mas digno) exercício de auto-reflexão. A História serve, antes de tudo, a nós mesmos, ao responder às nossas indagações. Só depois, aos outros.

Isto tudo não significa um golpe de misericórdia na objetividade do conhecimento histórico. Mas a certeza de que os homens buscam a História para exorcizar os seus dramas íntimos (pessoais e coletivos), dar um sentido à sua vida (pessoal e coletiva). Neste sentido, falar em objetividade histórica, é pensar na necessária referencialidade desse conhecimento e dessa objetividade aos homens do presente, da vida presente. Não há objetivo humano exterior à subjetividade humana. Os homens de cada geração põem seus próprios objetivos, reelaborando assim a verdade do conhecimento histórico. Fora disso, é pensar a História como erudição, ou como uma coleção de saberes inúteis, definitivamente perdidos para a sociedade.

Se essa História nada nos ensinar, pelo menos realizará uma agradável catarse político-social, humana, existencial. E isto não será pouco.

2.º) História: ciência do real ou ciência do imaginário?

A História começou como crônica. Mas atingiu a sua maturidade científica como explicação da realidade social. As veleidades científicas da nossa disciplina são frutos da época moderna. Foi com o Iluminismo que os historiadores alimentaram a ilusão de poder captar o sentido, a direção, as leis que determinariam o movimento da História. E neste ponto, foram herdeiros de duas grandes influências culturais do século XIX: o positivismo e o evolucionismo. Do primeiro, retiraram o império da causalidade concebendo a História como disciplina *nomológica* por excelência. Do segundo, a estreita analogia entre a marcha da natureza e a da História, como se esta última fosse um simples prolongamento daquela.

Balizado por estas duas grandes influências, aparece o Materialismo Histórico (MH) como a realização mais acabada de uma teoria do conhecimento histórico, *realista, racionalista e progressista*. Isto significa dizer: um discurso sobre a História, concebido como expressão do ser social, profundamente convencido do poder da razão em captar o movimento da realidade (suas leis "naturais" e "independentes" da vontade humana) e da existência de uma racionalidade no mundo histórico, tendencialmente boa, libertadora, humanitária.

Ao lado de outras tendências historiográficas de base realista, o Materialismo Histórico se volta para uma explicação *do que é*, do ser social de cada época. Reconstruindo as demais instâncias da realidade social como determinações subordinadas a uma essência primordial, a um fator único. O que faz as instituições políticas e culturais aparecerem como realidades de segunda ordem, fantasmagóricas, sobredeterminadas. Numa de suas versões mais divulgadas, a teoria marxiana passa por ser uma filosofia da História evolucionista, determinista, unifatorialista, cuja direção é pré-determinada. Seu autor: José Estaline.

Se a Modernidade cultural foi responsável pelo surgimento das grandes explicações da História, de base realista e racionalista, hoje é possível afirmar que a ênfase não se dirige tanto *para o que é*, como *para o que pode ser*. Enquanto o enfoque das teorias modernas da História ia para as condições de reprodução do ser social — entendida esta como a esfera essencial da

realidade — as tendências “pós-modernas” visam sobretudo aos sonhos, às fantasias, ao imaginário da coletividade. Tal mudança tem a ver tanto com as crises do chamado socialismo real como com as formas de dominação do capital monopolista nas sociedades “pós-industriais”. A recuperação do sonho, nos paraísos concentracionários em que se tornaram as sociedades ocidentais, é um alerta para a importância do elemento crítico-utópico desaparecido dos nossos projetos (científicos?) de transformação social. E, também, para o lembrete de que as nossas concepções mais “científicas” de sociedade comportam sempre, necessariamente, uma boa dose de indeterminação histórico-social. Dessa forma, caberia ao historiador “psicanalizar” as imagens do desejo produzidas pelo imaginário social. Tais imagens poderiam revelar as virtualidades sócio-humanas inibidas pelo desenvolvimento histórico efetivo. E antecipar (ou reatualizar) formas de sociabilidade mais fraternas, mais justas. A reiteração do foco sobre a esfera da reprodução social só perpetuaria a memória da dominação social. Daí o caráter estratégico dessa nova historiografia mais preocupada com a transgressão (ainda que fictícia) da realidade. Neste ponto, o discurso artístico aparece, sem dúvida, como a grande referência dessa modalidade de conhecimento histórico, exatamente por ser um discurso-limite

3.º) *Uma História sem fontes?*

O discurso histórico sempre se distinguiu do discurso artístico ou filosófico pelo seu recurso às fontes. Estas sempre foram apresentadas como a garantia da verdade do conhecimento histórico. Segundo esse modo de ver, haveria uma tipologia mais ou menos evidente das fontes históricas: documentos manuscritos ou impressos, monumentos, retratos, registros sonoros etc. A fonte era a legítima depositária da evidência do fato histórico. E era tão evidente — em sua morfologia — como aquele.

Essa ciência da fonte histórica — denominada de *Heurística* — tem sido profundamente discutida, a par da mudança do próprio conceito de História. Para um historiador mais preocupado com os sonhos do que com a bruta necessidade do corpo social, tal definição de fonte é visivelmente insatisfatória. Em certo sentido, podemos afirmar que o historiador cria as suas fontes. E que estas não pré-existem ao historiador, na medida em que só podem ser descobertas a partir das questões que ele traz consigo. Ao interpelar o real é que o historiador terá a idéia sobre que tipo de fonte lhe servirá. Ou ainda, o que arrancar das mesmas fontes, fazendo-as falar sobre o que lhe convém.

Essa nova postura diante da História faz com que o historiador alargue o seu conceito de fonte para matérias não-conventionais, tais como: a literatura, a música, o cinema, os mitos, os sonhos etc. A incorporação de tais elementos ao domínio da Heurística não só estabelece um novo modo de relacionamento do historiador com suas fontes, mas um novo tipo de História. A partir daqui, operamos com a noção de que o novo historiador *produz* suas próprias fontes históricas. E que, no limite, seria possível escrever uma (nova) História, sem fontes. Ficção ou realidade?

Pergunta desprovida de sentido, para alguns, desde o momento em que a realidade se tornou uma autêntica fantasmagoria. E uma indústria de fantasias (a indústria cultural) passou a criar a nossa realidade cotidiana.

4.º) *É possível periodizar a História?*

Já se disse uma vez que só sabe periodizar a História quem dela tem uma compreensão mais profunda, mais filosófica. Mas o privilégio da periodização só cabe a quem julga possuir o verdadeiro segredo da História. Só aquele que tem o domínio conceitual da mecânica do processo histórico pode — sabe periodizar.

Na presunção da posse de tal domínio, alguns equívocos mais ou menos graves já foram cometidos. O primeiro deles é certamente o do etnocentrismo. A mais conhecida e tradicional das periodizações (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea) tem a Europa, ou pelo menos uma parte dela, como centro. A História da Humanidade é periodizada a partir da História de algumas nações européias: Inglaterra, França, Alemanha etc. Ora, o que está implícito nesta maneira de periodizar é um certo ponto de vista colonialista, metropolitano, revestido de uma falsa universalidade, que escamoteia a dominação e desrespeita as diferenças étnicas, raciais, históricas. A ser aceita essa forma de periodização, teríamos de aceitar a tese de que o capitalismo escreve, ainda que por linhas tortas, a História moderna e contemporânea de *toda* a Humanidade, criando pioneiramente uma *História mundial*, em lugar das várias histórias regionais, separadas. Um segundo equívoco diz respeito ao sócio-centrismo. Isto é, a utilização de um elemento-chave num determinado sistema sócio-econômico como critério universal de periodização da História. Dessa forma, extrai-se, por exemplo, a técnica, a política, a religião etc. e se

aplica, indistintamente, a toda a História da Humanidade um ou outro destes elementos, num flagrante anacronismo histórico. Assim, não se justificaria a interpretação da História egípcia ou mesopotâmica a partir da importância que a técnica (ou o desenvolvimento tecnológico) passou a ter nas sociedades ocidentais com o advento do capitalismo.

Mas o que vem a ser período histórico?

Se for possível periodizar a História, a idéia da fixação de um período histórico deve guardar certas características tais como: unidade, homogeneidade, descontinuidade em relação a períodos anteriores e posteriores etc.

Exceptuando-se as periodizações que tomam como "critério" de fixação de seus períodos motivos superficiais tais como: batalhas, tratados, declarações, episódios biográficos de supostos "luminares" do desenvolvimento histórico, dispomos de duas maneiras de periodizar a História: uma que podemos chamar de *conjuntural*; e outra que denominaríamos de *estrutural*.

A periodização *conjuntural* seria aquela de curta duração na História de uma sociedade. E sua dinâmica repousaria na estabilidade/instabilidade do sistema de alianças das classes sociais. Dessa forma, cada vez que se verificasse uma variação na correlação de forças numa dada sociedade, seria possível definir um novo período, uma nova fase. Está a se ver que tal periodização tem mais a ver com a História política, com a desenvoltura das classes, camadas sociais na cena política.

A periodização *estrutural* é a que se refere a uma mais longa duração. E seu elemento-motor está nas formas de propriedade, no nível de desenvolvimento das forças produtivas, no grau alcançado pela divisão social trabalho, no tipo de relações sociais de produção. Trata-se, aqui, como se pode ver, de uma espécie mais rígida de critério, mais impessoal, mais permanente ao longo da História. Essa forma de periodização já produziu uma primeira taxonomia para o desenvolvimento da História, organizada em torno da categoria (abstrata) de *modo de produção* (articulação dinâmica e historicamente situada entre os elementos acima mencionados). Segundo tal taxonomia, teríamos um modo de produção asiático, um modo de produção antigo (escravista patriarcal), um modo de produção feudal, um modo de produção moderna (capitalista) e, finalmente, um modo de produção comunista, com o que se encerraria a "pré-história da humanidade".

A periodização estrutural, tal como tem sido utilizada pelos historiadores, tem sido objeto de muitas críticas. A primeira delas é, sem dúvida, o evidente anacronismo da aplicação a épocas históricas distintas de critérios cuja importância tem a ver, so-

bretudo, com a História do capitalismo. Neste sentido, o papel das formas de propriedade e o desenvolvimento tecnológico das forças produtivas estaria superdimensionado como fator decisivo na periodização de *toda* a História da Humanidade. Mais grave seria, no entanto, o acento teleológico presente em tal forma de periodização, que faria de todo desenvolvimento histórico uma caminhada com uma direção e um ponto de chegada pré-determinados. Isto, para não falar no determinismo implícito em tal concepção. Pensada assim, essa periodização não passaria de um subproduto de mais uma filosofia da História, tão idealista e abstrata como as demais. A esse respeito, não seria ocioso reproduzir a advertência daquele que, com tanta insistência, tem sido justamente apontado como o grande responsável por esses “desvios” metodológicos:

“Ali onde termina a especulação, na vida real, começa também a ciência real, positiva, a exposição da atividade prática, do processo prático do desenvolvimento dos homens. As frases ocas sobre a consciência cessam, e um saber real deve tomar o seu lugar. A filosofia autônoma perde, com a exposição da realidade, seu meio de existência. Em seu lugar pode aparecer, quando muito, um resumo dos resultados mais gerais, que se deixam abstrair da consideração do desenvolvimento histórico dos homens. Estas abstrações, separadas da história real, não possuem valor algum. Podem servir apenas para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a seqüência de suas camadas singulares. Mas de forma alguma dão, como a filosofia, uma receita ou um esquema onde as épocas podem ser enquadradas. A dificuldade começa, ao contrário, apenas quando se passa à consideração e à ordenação do material, seja de uma época passada, ou do presente, quando se passa à exposição real. A remoção destas dificuldades depende de pressupostos impossíveis de desenvolver aqui, mas que resultam somente do estudo do processo de vida real e da ação dos indivíduos de cada época”. (*A ideologia Alemã*)